Três frentes de negociação

Eliminação do subsídio agrícola pode aumentar em US$ 1,5 trilhão a receita dos países em desenvolvimento, mas a resistência é enorme

LUIZ ANTONIO PINAZZA
MÔNICA BERGAMASCHI

Alguns especialistas asseveram que a rodada de negociações lançada em Doha, 2001, no Catar, não afundou na Quinta Conferência Ministerial da OMC, de Cancún (setembro 2003), mas as velas do barco ficaram sem vento. Outros afirmam que a experiência de negociação multilateral é ampla demais para produzir resultados. Existem grandes impasses entre EUA + UE e G-20. Se a proposta em favor de eliminar o subsídio agrícola poderá ajudar a aumentar a receita do mundo em desenvolvimento em cerca de US$ 1,5 trilhão na próxima década, a resistência dos países desenvolvidos em aceitá-las ainda é enorme.

O esboço preparado pelo chanceler mexicano Luis Ernesto Derbez não chegou a ser discutido em Cancún, mas foi muito criticado pelo G-20. O encontro da OMC, no final de 2003 em Brasília, procurou minimizar os efeitos negativos de Cancún e

TEMAS	EUA + EU	G-20
Subsídios às exportações	Preserva boa parte dos subsídios para exportação e pretende definir apenas em um segundo momento como se dará a eliminação total desses mecanismos	Eliminação gradual de todos os benefícios, disciplina dos créditos à exportação e da ajuda alimentar para impedir subsídios disfarçados
Subsídios a apoio direto aos produtores	Concessão de pagamento diretos aos agropecuaristas proporcional à área plantada	Fim do apoio financeiro direto, vinculado à área plantada e fixação de um teto para os subsídios permitidos
Acesso a mercados	Redução das tarifas de importação de forma diferenciada para categorias de produtos e manutenção das cotas tarifárias e salvaguardas	Redução das tarifas de importação e aumento do volume de produtos incluídos nas cotas tarifárias. Alíquota zero para produtos tropicais.

O que o Brasil defende na ALCA
Assimetria econômica - criação de um mecanismo financeiro para ajustar a integração, como o usado na UE para integrar Portugal e Espanha antes da unificação européia
Eliminação de barreiras - nos setores competitivos como agribusiness, têxteis, calçados, móveis, cerâmica, automóveis, serviços ligados à informática, construção civil, serviços recreacionais e culturais
Antidumping - garantias de que as medidas de defesa comercial não impeçam acesso efetivo aos mercados
Indústria - além das barreiras tarifárias, quer discutir também medidas fitossanitárias, a nova legislação anti-terrorismo, os procedimentos aduaneiros e de facilidade a comércio
Regras - mecanismo de solução de controvérsias, regras de origem e padronização dos procedimentos aduaneiros
Investimentos - prever proteção para investimentos estrangeiros, mais transparência e uma lista de setores com garantis de tratamento nacional.

colocar novamente em 2004 aquele texto.

Um trunfo a favor do Brasil e do Mercosul consiste no fato de ter expirado em 31 de dezembro de 2003 a Cláusula da Paz, firmada na Rodada Uruguai, segundo a qual os países em desenvolvimento abrem mão da possibilidade de ingressar com painéis na OMC para discutir subsídios à agricultura.

Para 2004, aparecem algumas complicações. Os EUA passam por eleições presidenciais e tendem a pressionar ainda mais a realização de acordos bilaterais negociados com outros países e regiões, a exemplo que fizeram com os países andinos. A UE vai absorver outros dez novos membros e o mandato da atual equipe de autoridades expira no final do ano. China, Índia, Brasil e Japão podem se mover para acordos bilaterais e regionais de livre comércio. O cumprimento da rodada Doha até o final do ano ainda é uma dúvida.

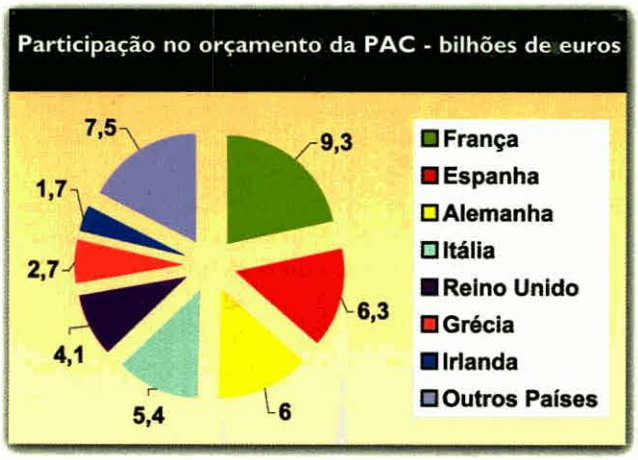
O Mercosul e a UE firmaram um programa de trabalho, a ser acrescentado às dez já realizadas e a mais duas reuniões ministeriais, que prevê cinco rodadas de negociação (Bruxelas - dezembro de 2003; Buenos Aires - fevereiro de 2004, Bruxelas - abril de 2004, México - maio de 2004 e Buenos Aires - junho de 2004). As partes pretendem desenvolver um amplo acordo com acesso a mercados de bens e serviços, compras governamentais e investimento, bem como normas e regulamentos dessas e de outras como medidas de natureza sanitária e fitossanitária, acordo sobre vinhos e bebidas destiladas, concorrência e direitos de propriedade intelectual.

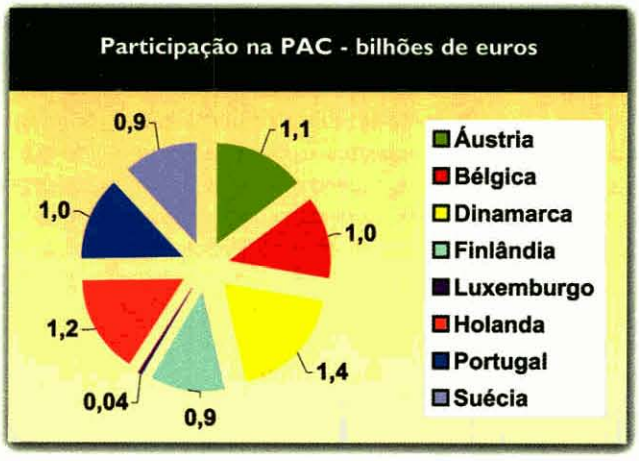
Na ALCA, mesmo depois dos EUA recusarem discutir os subsídios à agricultura e a legislação antidumping, o Mercosul defende propostas baseadas nas regras da OMC, que levem em conta a assimetria entre os países envolvidos na integração.

O encontro da ALCA, em novembro de 2003, em Miami, deixou espaço para a conclusão das negociações até final de 2004, com a assinatura do tratado em janeiro de 2005, o exame dos Congressos para fins de ratificação durante o ano e sua vigência a partir de 2006.

Porém, as dificuldades políticas e técnicas a serem superadas são grandes, tanto na definição de regras e disciplinas, quanto nos entendimentos na área de acesso a mercado. A proposta de ALCA "a la carte", difere da ALCA "light", onde alguns temas ou sub-temas são remetidos para a OMC , com a manutenção de um projeto comum para o hemisfério e o desenvolvimento de uma negociação mais leve, equilibrada e factível.

A proposta de seguir "três trilhos" (OMC, ALCA e Bilaterais) é arriscada num mundo onde há 192 países na ONU e 189 blocos econômicos registrados na OMC (150 apareceram nos últimos 10 anos e ainda há outros 80 latentes), dos quais a maioria não tem expressão econômica. Uma ALCA "a la carte", enquanto opção por negociações desvinculadas por tema e países, pode gerar uma profusão de acordos simultâneos e desconectados no hemisfério, se os países tenderem a acordos bilaterais e sub-regionais. As decisões começam a ser testadas e implementadas nos grupos técnicos de negociação, na reunião de fevereiro próximo, em Puebla (México). ■





Menos protecionismo na Europa

Os Ministros da Agricultura dos países membros da UE, depois de três tentativas frustradas, decidiram interromper os subsídios baseados na produção. Os pagamentos serão de acordo com o tamanho da propriedade rural. A medida, aprovada em junho de 2003, será aplicada entre 2007 e 2013.

O comissário da Agricultura Franz Fischler acredita que as medidas facilitam o entendimento na OMC e incitou os EUA a seguirem no mesmo caminho. Existe uma nítida preocupação dos europeus com a Farm Bill promulgada em 2002, que autoriza subsídios de US$ 180 bilhões nos próximos dez anos.